



ENCONTROS DEMOCRÁTICOS

C I C L O D E D E B A T E S



Os sistemas políticos na EUROPA



Encontros Democráticos são publicações do Espaço Democrático, a fundação para estudos e formação política do PSD

Para onde vai a Europa?

O crescimento dos partidos de extrema direita e/ou populistas na Europa pode dar a impressão de que a região está a caminho de grandes mudanças, com ameaças à unidade ou à estabilidade econômica da União Europeia. Contudo, na opinião do cientista político Sérgio Praça - palestrante do Encontro Democrático realizado em maio de 2017 na sede da fundação Espaço Democrático - não há motivo para grandes preocupações, pois os sistemas políticos de países como França, Inglaterra e Alemanha funcionam de modo a moderar os resultados eleitorais, evitando a proeminência das siglas mais radicais.

Professor e pesquisador da Fundação Getúlio Vargas, além de manter o blog “Política com Ciência” no portal da revista Veja, Sérgio Praça mostrou que, em vários aspectos, os sistemas políticos desses países têm lições importantes a oferecer ao Brasil.

Este Caderno Democrático traz a íntegra da palestra e da troca de ideias com os participantes.

Boa leitura.



RUBENS FIGUEIREDO: O nosso palestrante de hoje é o professor Sérgio Praça, pesquisador do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), a Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, no Rio. Também é pesquisador do Centro de Política e Economia do Setor Público (Cepesp), da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo. Ele fez mestrado e doutorado na USP e pós-doutorado pela FGV, em São Paulo. Na *Veja* (<http://veja.abril.com.br/blog/sergio-praca/>) ele mantém o blog *Política com Ciência*. Nós tivemos a oportunidade de trabalhar juntos no livro *Marketing político nos tempos modernos*, no qual ele escreveu um dos artigos. Temos na mesa Roberto Macedo, Luiz Alberto Machado e Rogério Schmitt, colaboradores do Espaço Democrático. Sérgio Praça, bem-vindo. A palavra é sua.

SÉRGIO PRAÇA: O título da palestra é “Para onde vai a Europa?” e a resposta é: eu não sei. Eu não vou falar tanto sobre relações internacionais, não é a minha área. Sou um cientista político puro, que trata de sistemas eleitorais, legislativo, burocracia, essas coisas. No entanto, eu gosto muito de analisar a situação em outros países e até por conta do meu espaço na *Veja*, sou obrigado a ficar de olho. Há eleições importantes na Europa, neste ano, em três países, Alemanha, França e Inglaterra, e é neles que vou focar minha fala. Na França já aconteceu a eleição presidencial e vai acontecer a parlamentar daqui a pouco. E dentro do nosso contexto político brasileiro, é engraçado que voltou ao debate o tema da reforma política. Nos anos 1990 ocorreu uma imensa discussão no Brasil. Houve, claro, o plebiscito de 1993 sobre o sistema de governo. A gente teve muitas propostas, especialmente no começo

E A INTERNET É UMA MARAVILHA, PRINCIPALMENTE OS VÍDEOS (...). EM UM DELES O EMMANUEL MACRON, PRESIDENTE FRANCÊS, VAI CUMPRIMENTAR O TRUMP E NO ÚLTIMO PASSO ELE DÁ UMA GUINADA À DIREITA E CUMPRIMENTA A ANGELA MERKEL. ISSO MEIO QUE RESUME A POLÍTICA EUROPEIA HOJE. HÁ UMA FORTE POSSIBILIDADE DE UNIÃO ENTRE A FRANÇA E ALEMANHA, COM MENOS ESPAÇO PARA A INGLATERRA DEPOIS DA SAÍDA DA UNIÃO EUROPEIA”.

do governo Lula, e um debate muito intenso sobre reforma eleitoral, do sistema legislativo e reforma do Estado no que se refere à burocracia. E nos últimos anos, mesmo com o início da Lava Jato em 2014, mesmo com tantos problemas políticos, a discussão sobre reforma política ficou um pouco esquecida. Agora está voltando e tudo indica que até setembro teremos alguma coisa de reforma política aprovada, embora seja difícil prever qualquer coisa no Brasil. E é justamente quando é mais difícil prever que as pessoas perguntam o que vai acontecer.

Eu acho que essa é uma oportunidade muito boa para a gente olhar os sistemas dos três países mais relevantes da Europa e avaliar se é possível aprender algo com eles ou adaptar alguma coisa que eles têm. Vou falar muito rapidamente sobre uma coisa de relações internacionais que chamou a atenção essa semana, que é a unanimidade em torno do presidente americano Donald Trump na Europa: ninguém gosta dele. E a gente pensa: ele deve ter uma aprovação muito baixa. Bem, é em torno de 40%, que para os padrões deles é baixa. Mas para os nossos - nossa! -, 40% é incrível. A gente viu muitas notícias sobre o Trump na Europa. E a internet é uma maravilha, principalmente os vídeos. Você aprende muito mais com os vídeos bizarros do que lendo qualquer texto. Em um deles o Emmanuel Macron, presidente francês, vai cumprimentar o Trump e no último passo ele dá uma guinada à direita e cumprimenta a Angela Merkel. Isso meio que resume a política europeia hoje. Há uma forte possibilidade de união entre França e Alemanha, com menos espaço para a Inglaterra depois da saída da União Europeia. Esse é um panorama muito rápido, muito tosco da política internacional na Europa.



Quando falamos em sistema político, podemos dividir em duas partes, os sistemas eleitorais e os sistemas de governo. Nosso sistema eleitoral é o proporcional de lista aberta; o sistema de governo é presidencialista. Então, vou analisar cada um dos países de acordo com o sistema de governo e o sistema eleitoral que têm. Quando falo do sistema eleitoral, estou me referindo às eleições para a Câmara dos Deputados e não para outros cargos.

Quando falamos em sistema de governo, pensamos em governabilidade; quando falamos em sistema eleitoral, pensamos em representação. Então, toda a discussão sobre a reforma política, sobre o sistema político, deve se dar em torno desses dois eixos. Há países com boas condições de governabilidade e baixas condições de representação ou o contrário; as duas coisas indo bem ou as duas coisas indo mal, o que me parece ser o caso do Brasil.

Vamos começar pela Alemanha, que tem um sistema eleitoral misto, lembrado com frequência aqui no Brasil como um sistema que poderia ser adotado. O Jairo Nicolau, cientista político da Universidade Federal do Rio

de Janeiro, tem um texto muito interessante publicado há muitos anos. Escreveu que o Brasil pode trocar o sistema eleitoral proporcional de lista aberta para um sistema misto, mas a Venezuela e a Bolívia fizeram a mesma coisa. Então, podemos achar que estamos indo em direção à Alemanha e estamos indo para Venezuela. E a Venezuela, é claro, é o antônimo da Alemanha no que se refere a estabilidade política. Então, quando falamos de reforma política, devemos nos preocupar com isto: achar que vai conseguir uma coisa e na verdade trilhar um caminho completamente diferente.

O que é o sistema misto alemão? Uma parte das cadeiras na Câmara dos Deputados é determinada por votação majoritária, chamada às vezes de distrital - eu não gosto de usar distrital porque, na verdade, todo sistema eleitoral tem um distrito dentro do qual os votos são contados; então acho que é uma expressão um pouco enganosa, prefiro falar em majoritária. Há esta parte majoritária e uma outra parte proporcional, de lista fechada. É claro que lista fechada significa voto em um partido e não em candidatos, mas a gente sabe de antemão quais são os candidatos posicionados no topo e no fim da lista proposta pelo partido. É algo que tira um pouco da liberdade do eleitor, mas não significa que vamos votar na legenda e aí só Deus sabe o que vai acontecer. Não, é uma lista divulgada antes das eleições, com razoável antecedência.

Vou dar alguns números do sistema eleitoral alemão. Houve eleições no dia 24 de setembro. A Angela Merkel é a atual primeira-ministra. Ela é da União Demócrata-Cristã, maior partido da Alemanha, que controla 311 das 731 cadeiras, quase 50%; e o segundo maior partido é o Social Democrata, com 193 cadeiras. Na eleição majoritária, o partido da Merkel conseguiu 45% dos votos; na eleição proporcional, 41%. Então,



Foto: Elysee.fr / Fotos Públicas (28/09/2017)

Macron e Merkel: unidade entre França e Alemanha

a União Demócrata-Cristã vai melhor no distrito, na eleição majoritária, do que na eleição proporcional. O Partido Social Democrata também vai melhor no sistema majoritário do que no proporcional de lista fechada. No entanto, o Partido Social Democrata, apesar de ter 25% dos votos pela disputa proporcional, consegue 50% das cadeiras. Consegue o dobro de representação do que deveria ter, entre aspas, se fosse realmente proporcional. É muito interessante isso: a distorção do sistema proporcional alemão. A graça do sistema proporcional é que seja proporcional: que o número de cadeiras respeite a proporção dos votos que o partido obteve. O principal fator que explica essa distorção é a existência de uma cláusula de barreira de 5% dos votos. Significa que para um

partido ter os seus votos contabilizados para a distribuição de cadeiras, precisa atingir, no mínimo, 5% dos votos no País. Não sei se exatamente no país todo.

Então, no quesito representação, há esta distorção, que é razoável. E isso aumenta o poder do Partido Social Democrata e facilita coalisões após as eleições. Isso significa que a representação é sacrificada para ter governabilidade. Esse *trade off* é uma escolha que todo país tem que fazer. E o mais frustrante no debate sobre a reforma política é achar que ela pode ter tudo, mas deixar o sistema superaberto. Uma coisa implica em diminuir a outra. Dá para ser melhor do que isso, mas não dá para imaginar que se possa ter o máximo de governabilidade com o máximo de representação ou representatividade.



Como eu pontuei, o partido da Merkel, a União Democrata-Cristã, de perfil mais conservador, tem quase metade das cadeiras - mas como não tem 50%, não pode formar um governo sozinho, precisa de outro partido. Assim, é um parlamentarismo de coalisão. Nem todo sistema parlamentarista é assim. Todo mundo fala que o sistema brasileiro é um presidencialismo de coalisão, como se fosse possível ter um presidencialismo que não fosse de coalisão. E o culpado por isso, claro, são os Estados Unidos, único exemplo de presidencialismo sem coalisão que eu conheço. Então, na verdade, esquisito não é o Brasil, são os Estados Unidos. Deveria haver um termo para definir o presidencialismo norte-americano, e não para o brasileiro.

Então, como a Alemanha resolveu a sua coalisão? Fez o que se chama de "grande coalisão" entre conservadores, democratas cristãos e os social-democratas. Em outras palavras, entre direita e centro-esquerda. No Brasil

temos exemplos extremos dessas categorias, mas não em outros países. O Partido Social Democrata foi convidado a integrar a coalisão com o Partido Democrata Cristão, em 2013. Houve eleições na Alemanha em 2009, em 2013 e agora em 2017. Isso quer dizer que não é porque é parlamentarismo que só Deus sabe quando vai ter eleição.

E o Partido Social Democrata, uma vez convidado para integrar essa coalisão, fez uma coisa muito interessante, inédita, que é um sinal dos tempos. Fez uma consulta aos filiados sobre a entrada do partido na coalisão com o Partido Democrata Cristão. Consultou as bases, os filiados, e condicionou a entrada na coalisão à aprovação pelos filiados. Por que eu digo que esse é um sinal dos tempos? Porque nenhum país grande e decente está satisfeito com o seu sistema político hoje.

Os BRICs, por exemplo. Rússia e China são ditaduras claríssimas. Índia é uma democracia

que funciona mal - embora toda democracia funcione mal, só que funciona melhor que a ditadura. As ditaduras podem funcionar melhor até certo ponto, mas implicam numa perda de direitos individuais que a maior parte das pessoas não quer perder. A Índia é um país que deveria crescer mais do que cresce; é um país que deveria ter mais estabilidade política do que tem. Como o Brasil. Mas quando comparamos os quatro, o Brasil, por incrível que pareça, no meio da crise em que vive, está longe de ser o pior. Por que eu estava falando nisso? Porque é muito significativo que a gente tenha dois países tão imensos, como Rússia e China, com ditaduras tão claras e tão pouco contestadas. Não sei se contestadas dentro dos países, até porque quando é ditadura não há muito bem como aferir, mas internacionalmente isso é muito pouco contestado.

É um sinal dos tempos. Temos uma crise democrática no mundo. E estou falando nisso porque o Partido Social Democrata alemão encontrou uma maneira de incluir mais participação dos filiados, o que é uma resposta a essa crise democrática. E há algumas respostas possíveis para a crise democrática: vira ditadura, se torna um pouco mais democrática ou tenta resolver como dizem os federalistas: remédios republicanos para males republicanos. Então, o Partido Social Democrata aplicou um remédio democrático para um problema democrático. Essa consulta aos filiados teve sucesso, 70% dos consultados votaram a favor da entrada na coalisão com o Partido Democrata Cristão, condicionando a participação - e aí fica mais interessante ainda - à adoção de certas políticas públicas.

Está claro que o Partido Democrata Cristão ganha mais 30% do Parlamento. E o que o Partido Social Democrata ganha? Uma contribuição

substantiva para essa coalisão. Duas políticas públicas que o Partido Social Democrata incluiu como condição para essa entrada são uma cesta básica universal, mais ou menos a ideia do ex-senador Eduardo Suplicy, e uma reforma da previdência. É interessante, também pensando no exemplo brasileiro, como a discussão sobre a reforma da previdência entrou no momento do acordo entre os dois partidos. Não existe um bom momento para fazer uma reforma da previdência, não existe uma boa maneira. A reforma da previdência é uma política que por definição vai ferir muita gente, vai desagradar muita gente, mas é interessante que o Partido Social Democrata, até para se proteger das críticas, incluiu no referendo. Apontou aos filiados: se é para entrar no governo, é para fazer a reforma da previdência. É um jeito bom e bastante aberto de fazer esse jogo democrático, e é uma coisa que os partidos políticos brasileiros poderiam fazer, incluir mais os filiados nas suas decisões.

Então, para fazer um rápido resumo da Alemanha, é um sistema que está funcionando com uma estabilidade razoável, mas que tem um custo para o partido líder da coalisão, um custo substantivo. Em outras palavras: não se pode implementar todas as políticas que deseja.

Para fazer uma visita rápida aos Estados Unidos, nas eleições do ano passado muitas pessoas diziam que se o Donald Trump fosse eleito assumiria e uma semana depois invadiria a Coreia do Norte, retiraria todos os imigrantes do país. Não é bem assim. Há controles democráticos, tem oposição, tem o Judiciário - que bloqueou muitas das iniciativas dele sobre imigração. Agora, é claro, quando vai para o Judiciário é porque o sistema político não conseguiu resolver. E a Alemanha mostra



que é possível resolver certas questões internamente, sem que as coisas tenham que ser judicializadas.

Agora vamos para a Inglaterra. As eleições serão no mês que vem, foram antecipadas. Qual é o cenário que temos na Inglaterra? São 650 cadeiras parlamentares em disputa. É um sistema majoritário: quem tem maioria simples vence a eleição no distrito - um deputado por distrito. Aqui no Brasil, aqueles que defendem o parlamentarismo dizem que se tivéssemos um sistema parlamentarista as crises não durariam tanto. Seriam convocadas novas eleições e o problema seria resolvido logo. Isso é parcialmente verdadeiro. Não é porque você tem a possibilidade de resolver crises através de eleições que as crises são resolvidas com novas eleições. Temos o exemplo da Espanha, mais recente, e os exemplos da França e da Itália, mais antigos. Mas não deixa de ser um argumento razoável. Certamente, na crise pela

qual o Brasil passa hoje, o parlamentarismo seria bem-vindo. E o que é que a Theresa May, a primeira-ministra do Partido Conservador, fez em abril desse ano? Propôs o que eles chamam lá de *snap election*, uma eleição repentina.

Ela propôs, então, novas eleições para este ano. Pode ser uma tentativa de conseguir mais legitimidade para o seu governo, mas o fato é que desde 2011, para o primeiro-ministro convocar uma nova eleição, precisa do apoio de uma maioria parlamentar de dois terços. Essa é uma mudança gigantesca na Inglaterra. Porque antes disto o primeiro-ministro podia convocar novas eleições para resolver qualquer problema político que tivesse. E quando convoca novas eleições, o primeiro-ministro sai do seu cargo, todo deputado também deixa o seu cargo e todos têm que disputar as eleições. É arriscado para o primeiro-ministro, é arriscado para o deputado. O primeiro-ministro podia usar este mecanismo para chantagear o legislativo para

AQUI NO BRASIL, AQUELES QUE DEFENDEM O PARLAMENTARISMO DIZEM QUE SE TIVÉSSEMOS UM SISTEMA PARLAMENTARISTA AS CRISES NÃO DURARIAM TANTO. SERIAM CONVOCADAS NOVAS ELEIÇÕES E O PROBLEMA SERIA RESOLVIDO LOGO. ISSO É PARCIALMENTE VERDADEIRO. NÃO É PORQUE VOCÊ TEM A POSSIBILIDADE DE RESOLVER CRISES ATRAVÉS DE ELEIÇÕES QUE AS CRISES SÃO RESOLVIDAS COM NOVAS ELEIÇÕES”.

aprovar uma política. “Olha, aprovelem isso aqui ou vocês perdem o emprego. Eu também corro risco, mas estou melhor do que vocês”. Agora, com a exigência de maioria de dois terços para aprovar a convocação de novas eleições, isso não é mais possível. E o que aconteceu? A Inglaterra ficou mais “parlamentarizada” e menos “presidencializada”, foi tirado poder do primeiro-ministro.

Um aluno meu do Rio de Janeiro perguntou sobre as eleições presidenciais francesas. Ele fez isso pelo Facebook, do pior jeito possível, publicamente, e eu tive que responder para ele privadamente, que nem sabia que haveria eleição na França e que não estou nem aí. Estou no Brasil. Escrevo sobre o Brasil. Aí passaram-se alguns dias e pensei: bem, talvez seja legal eu escrever sobre a França. O sistema político francês é hiperinteressante. Vou falar rapidamente sobre duas coisas. A primeira é o fato de que é um sistema semipresidencialista. A França tem um presidente desde 1958, quando Charles De Gaulle foi chamado para resolver um problema de governabilidade. Até então, era um parlamentarismo puro, no qual as coalisões se revezavam no poder com muita rapidez. Num período de 13 anos, 27 governos foram formados, o que significa 27 coalisões formadas naquele período - uma coisa bizarra, não dá para nenhum país sobreviver assim. A solução foi inventar um presidente e dar a ele poderes legislativos, poderes extensos.

De Gaulle governou assim por um tempo, mas se a gente olhar as regras governamentais francesas, perceberá que o presidente tem muito menos poder do que a gente imagina. Isso é fruto do noticiário internacional. “O presidente da França, Emmanuel Macron, fez não sei o quê!”. O cara é presidente, mas ele tem poder mesmo em relações internacionais.



E relações internacionais, meus colegas que me desculpem, é mais importante na Europa do que aqui.

A gente acha que o Macron é muito importante e acha que o Trump também é, porque no noticiário brasileiro eles aparecem no que se refere a relações internacionais. No entanto, o Trump não consegue fazer nada sozinho, o Macron não consegue fazer nada sozinho e o presidente brasileiro consegue fazer algumas coisas sozinho, sobretudo em tempos normais. Em tempos de crise, pior. Mas, enfim, tem poder. No caso da França, o legislativo pode demitir ministros, por exemplo, o que é impensável no Brasil. Enfim, há várias outras medidas interessantes do semi-presidencialismo francês que eu posso detalhar depois. Só quero falar uma última coisa antes de abrir para os comentários, que é uma coisa que acho fascinante na França e vejo pouca gente lembrando aqui: é o fato de que o sistema eleitoral francês

para deputado é majoritário, como o inglês, mas é majoritário em dois turnos. Então, você tem votação em dois turnos para deputado.

Muito interessante. A função da eleição legislativa em dois turnos é a mesma de uma eleição presidencial, dar maioria mais sólida a quem ganha. A Luiza Erundina elegeu-se para a Prefeitura de São Paulo, em 1988, com cerca de 30% dos votos dos paulistanos porque ainda não havia eleição em dois turnos. Menos poder do que quem se elege com 60% a 70% dos votos no segundo turno. Então, essa lógica é adotada na França para a Câmara dos Deputados e tem, como principal consequência, tirar candidatos da extrema-direita e da extrema-esquerda do poder. Quando você tem dois turnos, os mais radicais não chegam ao segundo. Para presidente também é assim. E no segundo turno Macron massacrou a candidata da extrema-direita. É o que a gente espera de um sistema de dois turnos.

Se a gente entende o básico dos sistemas políticos em perspectiva comparada, vai se alarmar à toa. Eu sou jornalista também e a função do jornalismo é alarmar. Uma delas. Tem a função legítima de chamar a atenção: "A CCJ no Senado aprova a PEC das Diretas Já". Não significa nada. Significa alguma coisa. O jornalista tem que chamar a atenção para isso e os analistas têm como obrigação interpretar isso e falar: "Olha, calma aí, não tenham tanto medo, não é para tanto assim; essa notícia aí tem que ser colocada em contexto muito maior". Obrigado.



RUBENS FIGUEIREDO: O Sérgio Praça fez aqui uma análise bastante interessante e panorâmica desses três sistemas políticos e como os formatos institucionais podem gerar sistemas de decisão mais ou menos estáveis, inclusive com a citação desse caso importante dos social-democratas alemães, que chamaram integrantes do partido para decidir se iam compor ou não uma coalisão, o que é uma prova de uma cultura política bastante evoluída. Vou abrir para a plateia e peço ao professor Roberto Macedo que faça os primeiros comentários.



ROBERTO MACEDO: Eu passei a me interessar mais pela França por causa do Macron. O que eu mais vi de interessante nele foi que inventou um posicionamento político que é bem diferente dos tradicionais, uma combinação que, para mim, como economista, faz muito sentido. Ele falou em ser liberal na economia e mais à esquerda nos programas sociais. Então, eu queria saber como você vê essa questão, um cara que propõe um negócio diferente, e se esta combinação pode ser viável.

SÉRGIO PRAÇA: O partido pelo qual o Macron se elegeu, o *A República em Marcha*, é muito recente, tem menos de um ano. E é muito surpreendente - há um análogo dele aqui no Brasil, a Rede, da Marina Silva, que deu muito menos certo, pelo menos por enquanto. E acho que tem uma chance muito pequena de dar certo também nas eleições do ano que vem. Mas sabe-se lá. E dessa comparação de Macron com o prefeito de São Paulo, João Dória, eu ouvi várias pessoas falando e achei interessante. Pensando em Dilma e Alckmin, a gente tinha, no Brasil, um discurso de que a questão



política é menos importante, que é necessário um bom gestor. Tanto o Macron quanto o Dória têm algo desse discurso, mas vão além. O Dória é um empresário que virou político, é um gestor, mas é também ideológico, tem conteúdo ideológico. O Macron também. O que acho positivo e interessante é a volta da ideologia.

Você tocou em um ponto importante em relação ao Macron, que é liberal na economia, mas sabendo da importância dos programas sociais. Na França, como a gente sabe, existe uma força sindical muito forte ainda, resistências. Fazer uma reforma da previdência lá é pior do que fazer aqui. Então, não sei o quão bem-sucedido ele será com esse programa. E eles têm uma cultura estatal fortíssima também. A Fundação Perseu Abramo fez uma pesquisa que tocou em um ponto interessante: talvez os pobres, no Brasil, não sejam tão de esquerda quanto as pessoas pensam. A própria aprovação ao Dória mostra isso. Com todas as críticas que a gente vê.

Eu quero falar mais uma coisinha. Quando um presidente é eleito, mesmo em um sistema semi-presidencialista, como o francês, ele tem lá um tempo de lua-de-mel: "Entra aí, faz o que você está pensando e a gente te dá um tempo, para só depois avaliar". Trump não teve isso porque é o Trump. Então, estou curioso para saber como isso será, lembrando que a existência da União Europeia constrange mais as escolhas domésticas dos comandantes dos

países europeus. Acho difícil que ocorra na França o que ocorreu aqui - um descontrole total das finanças públicas. Não acho que vai acontecer lá, mas ele terá menos espaço para atuar do que se imagina.



LUIZ ALBERTO MACHADO: Você reproduziu o Eduardo Nicolau: "De repente você mira na Alemanha e cai na Venezuela"... E eu acho muito interessante, sobretudo quando a gente pensa no ideal político. Você pensa em países que têm instituições fortes, e dentro dessas instituições assume um papel fundamental o partido político. Aqui no Brasil, sabidamente, votam-se em pessoas, e não em partidos. Claro que existem raras exceções, mas isso faz parte da nossa cultura política. E quando a gente vê o *imbroglio* em que estamos envolvidos, sempre vem à baila essa questão de que os partidos políticos no Brasil não passam de siglas de aluguel, que as pessoas usam muitas vezes de forma oportunista, porque você não pode ser um candidato independente, tem que estar vinculado a algum partido. E volta sempre aquela questão de que o brasileiro não sabe votar.

A gente pega a tradição histórica e fala-se da confusão entre o público e o privado. O cara que vai para a política está mais a fim de resolver os problemas dele ou do grupo que ele representa e assim por diante. No fundo, caímos numa situação em que, de um lado, temos uma tradição que é terrível, muitos chamam isso de "caráter patrimonialista da formação brasileira", e outros falam da fragilidade das instituições. Mesmo admitindo que isso exista, a minha dúvida é a seguinte: nós vamos romper isso algum dia? Ou vamos continuar usando sempre isso como uma explicação para os problemas que não dão certo e para as sucessivas crises que aparecem? Estamos diante de uma nova crise, de um novo dilema que ninguém sabe como se resolve e está todo mundo adiando. Bom, então a solução só vem a partir de um presidente eleito em 2018 e até lá o País está parado. A sua visão qual é, diante dessas circunstâncias todas?

SÉRGIO PRAÇA: Há algumas pistas que podem contribuir para enxergarmos além do discurso jornalístico, e com isto entrarmos um pouco nas consequências da Operação Lava Jato. No fim das contas, qual será o legado desse momento em que estamos vivendo para além de 2018? Eu estava lembrando, esses dias, que é muito interessante, provavelmente inédito, que vamos ter um mandato presidencial de quatro anos, todo ele sob crise. A Lava Jato, vocês vão lembrar, começou em março de 2014. Nas eleições de outubro de 2014 ainda era um tema marginal - já tinha vindo alguma coisa, mas não foi um grande tema da eleição, foi assunto secundário. E aí, em 2015, veio com tudo. A crise política, claro, foi aumentada a partir da ascensão do Eduardo Cunha à presidência da Câmara dos Deputados e desde então não parou. Tanto uma crise política e

econômica de diversas naturezas, quanto uma certa crise de legitimidade do governo de um vice-presidente. Para mim, não foi golpe, foi *impeachment*, mas ainda assim, ter um vice-presidente no poder nunca é uma coisa muito confortável. Então, será um mandato presidencial todo sob crise. A primeira consequência, claro, é a antecipação das eleições presidenciais, a antecipação informal: quase dois anos antes a gente já está discutindo os candidatos.

A pergunta mais exata é: a tradição patrimonialista será rompida algum dia? Acho que a Lava Jato ajuda - e não acho que estamos vivendo em um estado policial coisa nenhuma. No entanto, eu olho as famosas dez medidas contra a corrupção do Ministério Público Federal - e eu estudo corrupção faz um tempo - com uma certa desconfiança. Porque é uma visão muito parcial do que é a corrupção. A visão não é nem do Ministério Público, é do procurador. Isso é espantoso porque esses caras estudaram a corrupção e eles sabem que ela é um fenômeno multifacetado. Não é só por uma questão cultural e econômica, mas mesmo no que se refere às questões institucionais, a corrupção é um fenômeno multifacetado. Então, uma reforma eleitoral teria consequências para a corrupção. Cláusula de barreira, por exemplo, seria positivo. Diminuir o número de partidos seria positivo para reduzir a corrupção. Financiamento eleitoral de empresas proibido também é positivo. "Ah, mas o caixa 2 continua". Mas se continua, por que havia caixa 1, então? Era só pela graça de doar mais dinheiro? Não é. O caixa 1 está ligado ao caixa 2. E agora não sei se alguém tem coragem de financiar ilegalmente uma campanha. A expectativa de punição mudou muito. Então, a resposta para o Machado é: a Lava Jato mudou a expectativa de punição sobre a corrupção no Brasil, não

tenho dúvida nenhuma. Mudar a expectativa de punição é suficiente para tirar o País de uma corrupção sistêmica? Não sei. É um passo positivo? Sem dúvida. É suficiente? Honestamente, não acho que é. Mas não sei.



ROGÉRIO SCHMITT: Eu quero, Sérgio, voltar para a Europa. Talvez tentar olhar um pouco para a frente. Você fez uma descrição muito boa das regras do jogo, dos incentivos que existem em cada sistema político. Mas eles têm um calendário eleitoral nos próximos meses. Na França há um presidente de centro recém-eleito e haverá agora uma eleição para o Legislativo. Pelo que tenho lido, a dúvida é se o partido que terá a maioria das cadeiras será o do Macron ou o do Nicolas Sarkozy, de centro-direita, que ficou em terceiro lugar. O Macron, até preventivamente, já nomeou um primeiro-ministro de centro-direita, do partido do Sarkozy. Na Alemanha, a eleição é em setembro e aparentemente a democracia cristã da Angela Merkel é favorita para permanecer no poder. E na Inglaterra tem essa eleição, que foi antecipada. Provavelmente,

pelos análises que tenho lido, o Partido Conservador deve permanecer no governo. Então, eu queria te ouvir sobre isso. O que você pensa desse desenho que está se formando nesses países? Parece que a única coisa em comum é que nesses três países a esquerda está fora. Em um caso para o centro, em outros dois casos para centro-direita. Como você vê isso?

SÉRGIO PRAÇA: Na França, o Macron já se antecipou, como você disse, e nomeou um primeiro-ministro à direita, sabendo como o jogo funciona, sabendo que ele precisa de maioria parlamentar para ter uma vida mais fácil. Acho que o partido dele não é tão favorito assim. Então, acho mais provável que os partidos mais antigos tenham mais vagas. Isso indica mais fragmentação. E o tempo dirá se o Macron vai ficar mais isolado. Na Inglaterra, como você disse, uma eleição convocada muito rapidamente. O mais provável é que a Theresa May se consolide no poder, mais do que qualquer outro cenário. Está com apoio parlamentar e vai se aproveitar disso para, quem sabe, conquistar mais cadeiras para o seu partido. Quero fazer um parêntese para uma coisa muito interessante na Inglaterra: é a visita que o primeiro-ministro faz à Câmara dos Deputados - não sei se é semanal ou mensal - para responder perguntas, como se fosse uma coletiva de imprensa. É muito legal. Se alguém perguntasse: qual reforma política você faria? Só isso torna tudo mais transparente, mais visceral. O meu sonho era ter isso aqui no Brasil, só para eu me divertir um pouco, também. Na Alemanha, pelas notícias que eu vi, segundo a pesquisa do Instituto Ipsos, o partido da Merkel está com 35% de intenção de votos e o social democrata, 30%. Está mais equilibrado e deve ser assim até setembro. Obviamente, a Merkel é uma primeira-ministra imensa, de enorme

QUERO FAZER UM PARÊNTESE PARA UMA COISA MUITO INTERESSANTE NA INGLATERRA: É A VISITA QUE O PRIMEIRO-MINISTRO FAZ À CÂMARA DOS DEPUTADOS - NÃO SEI SE É SEMANAL OU MENSAL - PARA RESPONDER PERGUNTAS, COMO SE FOSSE UMA COLETIVA DE IMPRENSA. É MUITO LEGAL. SE ALGUÉM PERGUNTASSE: QUAL REFORMA POLÍTICA VOCÊ FARIA? SÓ ISSO TORNA TUDO MAIS TRANSPARENTE, MAIS VISCERAL. O MEU SONHO ERA TER ISSO AQUI NO BRASIL, SÓ PARA EU ME DIVERTIR UM POUCO, TAMBÉM”.

liderança partidária e capacidade e não acho que a Alemanha vai topar tirá-la por enquanto.

ROGÉRIO SCHMITT: Aliás, eu quero fazer um registro. É o primeiro momento na História em que, das três maiores democracias da Europa, duas são governadas por mulheres. Desde o fim da Segunda Guerra...



ALDA MARCO ANTONIO: Eu gostaria de colocar uma alegria e uma esperança. A alegria é a eleição na França. O presidente Macron é um homem que todas as mulheres têm que admirar. Ele sabe amar uma mulher. Ele ama uma mulher 25 anos mais velha que ele. E prometeu fazer um ministério equilibrado entre homens e mulheres. E uma esperança aqui no Brasil: professor, se o dinheiro da corrupção sumir da política, para nós, mulheres, será um grande ganho. Porque 99 por cento das candidatas nunca receberam apoio, nunca receberam um centavo de ninguém. Não é só da corrupção, não; é de ninguém. E também não recebem apoio de ninguém. Então, talvez melhore para a mulher se o dinheiro da corrupção sumir. Eu espero que suma para termos um pouco de igualdade, para que as candidatas mulheres tenham um pouco mais de chance. Depois de eleitas, não sei o que vão fazer dos mandatos, mas a campanha será favorecida.

SÉRGIO PRAÇA: É isso mesmo. Estudos sobre gênero e corrupção mostram de forma consistente que quanto mais mulheres, menos corrupção há. Dito isso, nossa primeira presidente mulher foi a Dilma Rousseff) Mas no que se refere a financiamento, é isso mesmo. Quanto menos financiamento privado, mais iguais ficam as condições. Olhando para as eleições de 2014, acho que está claro, agora, que tanto a campanha da Dilma quanto a do Aécio Neves foram muito corruptas. E a Marina Silva ficou de fora no segundo turno. É possível que sem tanta corrupção ela pudesse ir para o segundo turno. Então, tem impacto, sim, as mulheres candidatas sofrem mais com isso.

RUBENS FIGUEIREDO: Eu acho que certamente vai diminuir o volume de dinheiro que vaza da estatal. Agora, financiamento privado... é pedir para que haja caixa 2. No Brasil, não existe uma cultura de financiamento privado. Por que as empresas não dão pelo caixa 1? Porque aparece lá nos jornais: "Empresa tal doou e agora conseguiu um contrato". Então, a nossa lei estimula o caixa 2. O indivíduo, privadamente, não contribui. Então, de onde vem o dinheiro? Certamente, R\$ 300 milhões de doação não vão acontecer mais, até porque o sistema financeiro deve ser chamado para ter um controle maior. O cidadão comum vai tirar R\$ 10 mil do banco e tem que avisar o COAF, que é o Conselho de Controle de Atividades Financeiras, explicar o que vai fazer com esse dinheiro: se vai gastar, se vai beber, sei lá. E aí você deposita R\$ 200 milhões fora do Brasil?



FRANCISCO JOSÉ PANSIGA JR: Eu gostaria de falar sobre a Escócia. A Grã-Bretanha decidiu deixar a União Europeia, mas a Escócia é contra. Como fica isto?

SÉRGIO PRAÇA: Eu acho que a Inglaterra não vai rever seu posicionamento porque a Escócia não é tão relevante assim, não tem tanto poder, tanta voz. No entanto, no Parlamento, na Câmara dos Deputados, a Escócia tem uma bancada. O Partido Nacionalista escocês conta com 56 das 650 cadeiras. É quase 9% do Parlamento. Nada vai mudar por conta disso.

RUBENS FIGUEIREDO: Eu gostaria de agradecer a presença de todos nesse debate. Quero fazer um agradecimento muito especial ao Sérgio, que teve a oportunidade de fazer uma análise bastante interessante do ponto de vista de sistema político comparado, sempre puxando para a questão brasileira. O debate foi muito positivo, principalmente por apontar algumas iniciativas que a gente poderia adotar aqui no Brasil e poderiam aperfeiçoar o nosso sistema político.

Presidente
Guilherme Afif

1º Vice-presidente
Vilmar Rocha

2º Vice-presidente
Diretor de Relações Internacionais
Alfredo Cotait Neto

Secretária
Alda Marco Antonio

Diretor Superintendente
João Francisco Aprá

Conselho Superior de Orientação

Presidente - Gilberto Kassab

Guilherme Afif

Henrique Meirelles

Omar Aziz

Raimundo Colombo

Otto Alencar

Claudio Lembo

Ricardo Patah

Vilmar Rocha

Guilherme Campos

Robinson Faria



Fundação para Estudos e Formação Política do PSD

ENCONTROS DEMOCRÁTICOS - Coleção 2017 - "Os sistemas políticos na Europa"
 ESPAÇO DEMOCRÁTICO - Site: www.espacodemocratico.org.br Facebook: [EspacoDemocraticoPSD](https://www.facebook.com/EspacoDemocraticoPSD) Twitter: [@espdemocratico](https://twitter.com/espdemocratico)
 Coordenação - Scriptum Comunicação - Jornalista responsável - Sérgio Rondino (MTB 8367)
 Projeto Gráfico - BReeder Editora e Ass. de Com. Ltda - Marisa Villas Boas - Fotos - Scriptum, Fotos Públicas e Shutterstock



www.espacodemocratico.org.br